



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Processo Administrativo nº 23205.004093/2020-01

Fundamento Legal: Inciso V do Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993

Esta Dispensa de Licitação tem como escopo a contratação de itens que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 54/2019, processo administrativo nº 23205.001756/2019-93.

1. DO OBJETO

1.1. Descrição do Objeto

1.1.1. Selecionar propostas visando a Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva em redes elétrica e de telecomunicações e elétrica predial para os campi Chapecó/SC, Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas, neste instrumento e Encartes.

ITEM	CÓDIGO CATÁLOGO	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND DE MEDIDA	QTD ESTIMA DA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5191.001.0003	560-6	CAMPUS CHAPECÓ E UNIDADES – Mão de obra especializada, com fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para realização de manutenções preventivas e corretivas de REDES ELÉTRICAS de média e baixa tensão, monofásicas, bifásicas e trifásicas, conforme termo de referência e planilha de proposta/BDI, incluindo manobras na rede de distribuição de média e baixa tensão para fins de manutenção, conexão/desconexão de cargas ou até mesmo por questões de insegurança; - Conexão, desconexão e relocação - Instalação, Substituição e Manutenção de: Quadros de comando, Fusíveis, Postes, Transformadores a seco, Transformadores a óleo, Grupos Geradores, Cabos, Disjuntores, Cruzetas, Isoladores, Lâmpadas de vapores e comuns, Reatores, Luminárias e braços em postes. ELÉTRICA PREDIAL - Reposição, manutenção e instalação de luminárias	cjto	12	R\$ 4.691,77	R\$ 56.301,77



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

			internas, Capacitores de correção de fator de potência, Para-raios, Chaves faca, Chaves fusíveis, Pontos Elétricos (para computadores, no-breaks (UPS), ar-condicionado, impressoras, instrumentos de laboratório, equipamentos de laboratório, aparelhos de refrigeração, picotadores de papel, etc.), Aterramentos, Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, Sistema de iluminação de emergência, Sistema de alarme de incêndio e outros sistemas prediais relacionados. TELECOM - Instalação, Substituição e Manutenção de fibras óptica, caixa de emenda óptica, fusão óptica, pontos de cabeamento estruturado, certificação do cabeamento. Execução mínima serviços planejados: Rede elétrica R\$1.000,00; predial R\$800,00; lógica R\$1.000,00.				
2	5191.001.0003	560-6	CAMPUS REALEZA E UNIDADES – Mão de obra especializada, com fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para realização de manutenções preventivas e corretivas de REDES ELÉTRICAS de média e baixa tensão, monofásicas, bifásicas e trifásicas, conforme termo de referência e planilha de proposta/BDI, incluindo manobras na rede de distribuição de média e baixa tensão para fins de manutenção, conexão/desconexão de cargas ou até mesmo por questões de insegurança; - Conexão, desconexão e relocação - Instalação, Substituição e Manutenção de: Quadros de comando, Fusíveis, Postes, Transformadores a seco, Transformadores a óleo, Grupos Geradores, Cabos, Disjuntores, Cruzetas, Isoladores, Lâmpadas de vapores e comuns, Reatores, Luminárias e braços em postes. ELÉTRICA PREDIAL - Reposição, manutenção e instalação de luminárias internas, Capacitores de correção de fator de potência, Para-raios, Chaves faca, Chaves fusíveis, Pontos Elétricos (para computadores, no-breaks (UPS), ar-condicionado, impressoras, instrumentos de laboratório, equipamentos de laboratório, aparelhos de refrigeração, picotadores de papel, etc.), Grupos	cjto	12	R\$ 4.527,84	R\$ 54.334,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

			Geradores, Aterramentos, Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, Sistema de iluminação de emergência, Sistema de alarme de incêndio e outros sistemas prediais relacionados. TELECOM - Instalação, Substituição e Manutenção de fibras óptica, caixa de emenda óptica, fusão óptica, pontos de cabeamento estruturado, certificação do cabeamento. Execução mínima serviços planejados: Rede elétrica R\$1.000,00; predial R\$800,00; lógica R\$1.000,00.				
3	5191.001.0003	560-6	CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL E UNIDADES – Mão de obra especializada, com fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para realização de manutenções preventivas e corretivas de REDES ELÉTRICAS de média e baixa tensão, monofásicas, bifásicas e trifásicas, conforme termo de referência e planilha de proposta/BDI, incluindo manobras na rede de distribuição de média e baixa tensão para fins de manutenção, conexão/desconexão de cargas ou até mesmo por questões de insegurança; - Conexão, desconexão e relocação - Instalação, Substituição e Manutenção de: Quadros de comando, Fusíveis, Postes, Transformadores a seco, Transformadores a óleo, Grupos Geradores, Cabos, Disjuntores, Cruzetas, Isoladores, Lâmpadas de vapores e comuns, Reatores, Luminárias e braços em postes. ELÉTRICA PREDIAL – Reposição, manutenção e instalação de luminárias internas, Capacitores de correção de fator de potência, Para-raios, Chaves faca, Chaves fusíveis, Pontos Elétricos (para computadores, no-breaks (UPS), ar-condicionado, impressoras, instrumentos de laboratório, equipamentos de laboratório, aparelhos de refrigeração, picotadores de papel, etc.), Aterramentos, Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, Sistema de iluminação de emergência, Sistema de alarme de incêndio e outros sistemas prediais relacionados. TELECOM - Instalação, Substituição e Manutenção de fibras óptica, caixa de emenda óptica, fusão óptica, pontos de cabeamento	cjto	12	R\$ 2.738,33	R\$ 33.398,91



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

			estruturado, certificação do cabeamento. Execução mínima serviços planejados: Rede elétrica R\$1.000,00; predial R\$800,00; lógica R\$1.000,00.				
TOTAL GERAL:							R\$ 144.034,08

1.2. O objeto desta Dispensa de Licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.7. Do Valor

1.7.1. O valor total da contratação pretendida é de **R\$ 144.034,08 (Cento e quarenta e quatro mil, trinta e quatro reais e oito centavos)**.

1.7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na prestação dos serviços de manutenção, inclusive os custos com o deslocamento até o local onde serão realizados os serviços.

1.8. Do Planejamento da contratação conforme Ações Institucionais e PAC

1.8.1. A demanda prevista nesta Dispensa de Licitação está contemplada nos **Planos de Ação SEO30, SEO002 e SEO024** e foi consolidada no Plano Anual de Contratações – PAC 2020, conforme extrato de consulta reproduzido abaixo:

PLANO DE AÇÃO		
Código do Plano de Ação	Objetivo da Ação Institucional	
SEO30, SEO002, SEO024	Plano de Ação SEO 30: Manutenção predial do Plano Plurianual da UFFS; Plano de Ação SEO002: Desenvolvimento e implantação das manutenções (corretivas, preventivas e preditivas) prediais e de infraestrutura para todos os campi; Plano de Ação SEO024: Manutenções corretivas emergenciais prediais e de infraestrutura para os campi.	
PLANEJAMENTO PAC		
Nº do item no PAC	Descrição	Unidade responsável pela demanda no PAC
125	Instalação / Manutenção Elétrica - Predial, Industrial – Campus Chapecó	SEO - DMA
129	Instalação / Manutenção Elétrica - Predial, Industrial – Campus Realeza	SEO - DMA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

140	Instalação / Manutenção Elétrica - Predial, Industrial – Campus Laranjeiras do Sul	SEO - DMA
-----	---	-----------

1.8.2. Informações detalhadas sobre a consolidação desta demanda estão minudenciadas nos Planos Anuais de Contratações da UFFS divulgados no sítio eletrônico da Universidade.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, **Encarte E do Termo de Referência do PE nº 54/2019**.

2.2. Da justificativa da contratação

2.2.1. A contratação do objeto desta Dispensa de Licitação justifica-se em vista de que a “UFFS não possui em seu quadro de profissionais concursados e de cargo efetivo, pessoal capacitado para a realização dos serviços de manutenção de média tensão. Também não dispõe de equipamentos, máquinas e materiais que são necessários para a realização deste tipo de manutenção já que se trata de um serviço esporádico, de alta complexidade e muito específico. De toda forma, em havendo alguma ocorrência que necessite de reparos na rede elétrica e de telecomunicações é preciso ter uma solução rápida e contínua para que a rotina acadêmica não fique paralisada.

2.2.1.1. Com a realização da referida dispensa de licitação para a contratação destes itens, o principal benefício é de que a UFFS estará completamente atendida, em todos os Campi, com empresas que oferecerão serviços de manutenção elétrica e de telecomunicações, fazendo com que, em casos de qualquer emergência possamos ser atendidos dentro das previsões legais de contratação para a administração pública.

2.2.2. Os quantitativos da demanda foram estimados considerando os trabalhos já realizados pela equipe de planejamento da contratação, dos PE nº 26/2019 e PE nº 54/2019 e deverão considerar as mesmas quantidades estabelecidas para contratação nos itens 2, 3 e 4 do referido pregão e justificam-se em virtude de inexistirem fornecedores habilitados naquele certame.

2.3. Da justificativa da escolha das executantes

2.3.1. No que diz respeito a razão da escolha das executantes, em atendimento ao que preconiza o art. 26, II, da Lei nº 8.666/1993, informamos que a escolha se baseou no **maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços (ENCARTE A e ENCARTE A.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 54/2019)** alcançando-se assim o **menor valor** para o conjunto no período de 12 meses, conforme orçamentos anexados ao processo, consagrando-se como vencedoras as seguintes empresas:

Item	Fornecedor	CNPJ	Valor total R\$	% Desconto
1	Multiponto Instalações Elétricas Ltda EPP	05.795.238/0001-74	R\$ 56.301,17	1,10%
2	Douglas Possan	15.332.845/0001-51	R\$ 54.334,00	10,00%
3	Eletrolar Laranjeiras do Sul Ltda ME	06.349.494/0001-09	R\$ 33.398,91	12,00%



2.4. Da Justificativa do Preço

2.4.1. Com relação à justificativa do preço, em atendimento ao que preconiza o art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993, informamos que, a pesquisa de preços dos serviços a serem contratados foi realizada com base no parâmetro IV do Art. 2º da Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que alterou a IN 05, de 27 de junho de 2014, para o qual foi utilizado como estimativa de preço **o menor dos preços unitários obtidos a partir do maior desconto ofertado pelas empresas proponentes**. Abaixo traçamos um comparativo dos orçamentos obtidos pela Equipe de Planejamento para os itens que compõem a presente contratação.

COMPARATIVO DE ORÇAMENTOS OBTIDOS PARA O ITEM 1					
Empresa	CNPJ	Quant.	Valor Unitário do conjunto	Valor total R\$	% Desconto
Multiponto Instalações Elétricas Ltda EPP	05.795.238/0001-74	12	R\$ 4.691,77	R\$ 56.301,17	1,10%
LG Multicomercial e Distribuidora Ltda	14.828.655/0001-67	12	R\$ 4.701,25	R\$ 56.415,02	0,90%
Roani Instalações Elétricas	21.362.782/0001-89	12	R\$ 4.720,23	R\$ 56.642,73	0,50%
Eletro Geração Instalações Elétricas	19.246.662/0001-74	12	R\$ 4.729,71	R\$ 56.756,59	0,30%
COMPARATIVO DE ORÇAMENTOS OBTIDOS PARA O ITEM 2					
Empresa	CNPJ	Quant.	Valor Unitário do conjunto	Valor total R\$	% Desconto
Douglas Possan	15.332.845/0001-51	12	R\$ 4.527,84	R\$ 54.334,00	10,00%
S. L. Birck & Cia Ltda	07.184.927/0001-78	12	R\$ 4.879,99	R\$ 58.559,98	3,00%
Elétrica Global Construtora de Obras Eireli	18.635.181/0001-98	12	R\$ 4.930,31	R\$ 59.163,69	2,00%
COMPARATIVO DE ORÇAMENTOS OBTIDOS PARA O ITEM 3					
Empresa	CNPJ	Quant.	Valor Unitário do conjunto	Valor total R\$	% Desconto
Eletrolar Laranjeiras do Sul Ltda ME	06.349.494/0001-09	12	R\$ 2.738,33	R\$ 33.398,91	12,00%
Douglas Possan	15.332.845/0001-51	12	R\$ 2.814,87	R\$ 33.778,45	11,00%
S. L. Birck & Cia Ltda	07.184.927/0001-78	12	R\$ 3.067,89	R\$ 36.814,71	3,00%

2.4.2. A estimativa do custo total para a contratação dos itens que compõem este Termo de Referência é de **R\$ 144.034,08 (Cento e quarenta e quatro mil, trinta e quatro reais e oito centavos)**.

2.4.3. Conforme declaração consignada pela Equipe de Planejamento, os valores representam a realidade do mercado.

2.5. Da regularidade fiscal das Contratadas

2.5.1. Com relação à Regularidade Fiscal, em atendimento ao que preconiza o art. 29, da Lei nº 8.666/1993, informamos que as empresas Contratadas, possuem todas as certidões válidas, conforme comprovações acostadas ao processo administrativo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares (**ENCARTE E do Termo de Referência do Pregão nº 54/2019**), abrange a prestação do serviço de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva em redes elétrica e de telecomunicações e elétrica predial para os campi Chapecó/SC, Laranjeiras do Sul/PR, e Realeza/PR, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas.

3.2. O detalhamento da solução foi elaborado pela unidade requisitante e deve ser verificado na íntegra no “ENCARTE E” do PE nº 54/2019 e “ENCARTE I” deste Termo de Referência.

3.3. A Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº 77/PROAD/UFFS/2020, responsável por esta demanda consignou ainda as seguintes informações:

3.3.1. *Para a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em redes elétrica e de telecomunicações e elétrica predial, foram observados os modelos de soluções constantes nos Estudos Preliminares que deram origem aos pregões nº 26 e 54/2019, o qual incluiremos como anexo a este estudo preliminar.*

3.3.2. *Mesmo tendo duas publicações para esta contratação, avalia-se positivamente já que foi possível a contratação em um primeiro momento para os Campi de Passo Fundo e Erechim e na republicação para o Campus de Cerro Largo, desta forma a metodologia adotada para o tipo de solução a ser contratada é efetivamente a mais vantajosa para a administração, porém, restou fracassada nos demais campi em função da impossibilidade de se habilitar fornecedores.*

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante Dispensa de Licitação, com fulcro **no art. 24, Inciso V da Lei 8.666/93.**

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Dos Requisitos da hipótese prevista no inciso V

4.4.1. Segundo Marçal Justen Filho, a hipótese de que trata esta Dispensa exige o atendimento de requisitos para que seja legitimada a contratação direta:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Essa hipótese de dispensa de licitação, também cognominada de “licitação deserta ou fracassada”, como a hipótese do inciso anterior, igualmente exige o atendimento de requisitos sem os quais não poderá ser legitimada a contratação direta.

São eles:

- a) ocorrência de licitação anterior;*
- b) ausência de interessados;*
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;*
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta;*
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.*

a) ocorrência de licitação anterior

Para o primeiro requisito “**alínea a**”, informamos que a presente contratação já foi objeto de 2 (duas) tentativas por meio da modalidade Pregão Eletrônico. Em 18/09/2019 foi realizada a primeira sessão do PE nº 26/2019 que visava a *Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva em redes elétrica e de telecomunicações e elétrica predial para os campi Erechim/RS, Passo Fundo/RS, Cerro Largo/RS, Chapecó/SC, Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR, incluindo fornecimento de material*, o qual concretizou a contratação dos serviços somente para os Campi de Erechim e Passo Fundo – RS, não sendo possível a contratação nos demais Campi por ausência de interessados ou por impossibilidade de habilitação dos mesmos.

Logo após, em 12/02/2020, realizamos a republicação dos itens que restaram fracassados no PE nº 26/2019 através do Pregão nº 54/2019 o qual teve a contratação concretizada somente para o Campus de Cerro Largo/RS, restando ainda, sem fornecedores habilitados e a possibilidade de contratação dos serviços por pregão eletrônico para os campi de Chapecó – SC, Realeza e Laranjeiras do Sul – PR.

Além disso, após a realização do primeiro pregão eletrônico, a SEO e a equipe das assessorias de infraestrutura dos campi, buscaram identificar fornecedores interessados em participar da republicação da licitação. Foram feitos contatos com diversos fornecedores e tivemos a participação de alguns interessados, no entanto, não tivemos a possibilidade de habilitação de nenhum deles em função da documentação apresentada não estar de acordo com o exigido no processo.

b) ausência de interessados

Para o requisito constante na **alínea “b”**, Marçal Justen Filho traz algumas elucidações:

“O requisito seguinte é que a licitação procedida pela unidade não tenha gerado a adjudicação, em razão de:

- a) não terem comparecido licitantes interessados, hipótese denominada de “Licitação: deserta”;*
- b) ter comparecido licitante sem a habilitação necessária;*
- c) ter comparecido licitante habilitável, mas que não apresentou proposta válida.*

Essas duas últimas hipóteses também se denominam “licitação fracassada”



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

Assim, considerando ainda o entendimento de Marçal Justen Filho de que *“Há equivalência entre as três situações, porque não se pode acolher como “interessado” aquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar, ou formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/1993.”*, resta comprovado pelas Atas da sessão e Resultado por fornecedor dos Pregões Eletrônicos nº 26/2019 e 54/2019, obtidos em consulta pública no site COMPRASNET e acostados a este Termo de Referência, nos **“ENCARTES L, M, P e Q”**, que para os itens que tratam esta Dispensa de Licitação não houve a adjudicação de interessados.

c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório

Para atendimento do requisito constante na **“alínea c”**, a Equipe de Planejamento consignou as seguintes informações:

“Com relação ao enquadramento legal da referida contratação, baseada no Inciso V do Art. 24, da Lei 8.666/93, temos que, todos os esforços para que a licitação alcançasse seus objetivos, em suas duas publicações anteriores foram realizados, já que de fato, para os Campi de Passo Fundo, Erechim e Cerro Largo, tivemos êxito. Frisamos que os demais campis não podem esperar por uma solução alternativa, que não seja a disponibilização de um contrato de manutenção da rede elétrica/lógica de forma urgente, já que os mesmos encontram-se desprovidos deste serviço que a qualquer momento podem manifestar problemas ou necessidades de correção e não temos um contrato de manutenção vigente. Desta forma, faz-se necessária a contratação da forma colocada neste processo, a fim de que institucionalmente não tenhamos maiores prejuízos.”

d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta

Em vista do requisito constante na **“alínea d”**, a Equipe de Planejamento apresentou as seguintes considerações com o objetivo de ratificar que a contratação direta neste caso, representa a possibilidade de evitar ou diminuir os efeitos do prejuízo da não contratação do objeto:

“Com a realização da referida dispensa de licitação para a contratação destes itens, o principal benefício é de que a UFFS estará completamente atendida, em todos os Campis, com empresas que oferecerão serviços de manutenção elétrica e de telecomunicações, fazendo com que, em casos de qualquer emergência possamos ser atendidos dentro das previsões legais de contratação para a administração pública.

Como benefícios indiretos podemos citar:

- não paralização das atividades administrativas e acadêmicas da UFFS;
- manutenção das condições de laboratórios que contém pesquisas em andamento que dependem de energia elétrica;
- manutenção do funcionamento de servidores e demais componentes de Tecnologia da Informação que dependem da manutenção da rede elétrica e de telecomunicações.”

e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Segundo Marçal, “*Impõe a lógica jurídica que a Administração mantenha as condições ofertadas e exigidas na licitação anterior. Essa restrição abrange, inclusive, quando for o caso, a alteração dos anexos do ato convocatório, previstos no art. 40, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, como, por exemplo, o preço estimado pela Administração.*”

Considerando que ao adotar a hipótese de Dispensa de Licitação com fundamento no inciso V da Lei nº 8.666/1993, a Administração deve manter as mesmas exigências e requisitos de habilitação da Licitação que resultou fracassada, informo que este Termo de Referência manteve as mesmas disposições do Edital e anexos do PE nº 54/2019, porém, a redação de alguns itens foi ajustada a um processo de Dispensa de Licitação.

Os requisitos de aceitabilidade e habilitação do Edital foram replicados no **item 21 deste Termo**, bem como, a minuta do Edital, do Termo de Referência e do contrato do PE nº 54/2019 integram os “**ENCARTES J, K e R**” deste Termo. Ademais, cabe ressaltar que tais requisitos foram comprovados pelas Contratadas e acostados aos autos, haja vista que quando manifestaram interesse em apresentar proposta para execução dos serviços desta Contratação, consignaram declaração de ciência e concordância com os termos constantes no Pregão Eletrônico nº 54/2019.

Os **Encartes A, A1, D, E e J** do Termo de Referência do PE nº 54/2019, em razão de representarem modelo de Proposta, Planilha de Proposta, Atestado de Vistoria, Estudos Preliminares e Declaração de Capacidade Operacional, não serão replicados, porém poderão ser consultados na íntegra no site COMPRASNET e sítio eletrônico oficial da UFFS.

Outrossim, observando o preço estimado dos itens no PE nº 54/2019, estabelecemos abaixo um comparativo dos valores estimados para a licitação que resultou fracassada e os valores contratados através desta Dispensa de Licitação:

COMPARATIVO DOS PREÇOS ESTIMADOS DO PE Nº 54/2019 E VALORES CONTRATADOS NESTA DISPENSA DE LICITAÇÃO			
Item	Campus	Valor total estimado PE nº 54/2019	Valor total contratado na DL nº XX/2020
1	Campus Chapecó e unidades	R\$ 56.927,37	R\$ 56.301,17
2	Campus Realeza e unidades	R\$ 60.371,11	R\$ 54.334,00
3	Campus Laranjeiras do Sul e unidades	R\$ 37.953,31	R\$ 33.398,91

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme informado pelo requisitante do objeto os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Garantia:

5.1.1.1. Quanto aos prazos de garantia, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos nas especificações técnicas dos itens deste Termo de Referência, salvo quando for verificado prazo maior na descrição contida na proposta comercial do fornecedor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

5.1.1.2. Para os itens que não apresentam indicação do prazo de garantia na sua descrição, a Contratada deverá observar a garantia mínima estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

5.1.1.3. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais ou serviços que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.

5.1.1.4. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos equipamentos e/ou componentes substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.

5.1.2. O presente serviço é caracterizado como continuado e sem dedicação de mão de obra exclusiva.

5.1.3. Dos Critérios de Sustentabilidade

5.1.3.1. Da adoção de Critérios de Sustentabilidade, **no que couber**, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:

5.1.3.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

5.1.3.1.2. Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

5.1.3.1.3. Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

5.1.3.1.4. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

5.1.3.1.5. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

5.1.3.1.6. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

5.1.3.1.7. Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.1.3.1.8. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;

5.1.3.1.9. Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

5.1.3.1.10. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada;

5.1.3.1.11. O serviço deve manter o equipamento operando com o padrão de eficiência alto, dentro do nível referente ao selo PROCEL ao qual foi adquirido.

5.1.3.1.12. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 e Legislação correlata, no que couber.

5.1.3.2. Os critérios de sustentabilidade foram analisados segundo SLTI/MPOG n. 01/2010 e a Contratada deverá observar as diretrizes de carácter ambiental e de destinação de resíduos constante nas obrigações da contratada.

5.1.3.3. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

5.1.3.4. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS que, contempla em suas ações a adoção gradativa de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

5.1.4. O detalhamento da prestação do serviço consta no **item 7** deste Termo de Referência, bem como no **“ENCARTE E” do PE nº 54/2019** e **“ENCARTE I” deste Termo**.

5.2. Declaração da Contratada de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA

6.1. Para esta contratação, assim como previsto no **Termo de Referência do PE nº 54/2019**, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta foi facultado às proponentes a realização de vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, objeto deste Termo.

6.1.1. Para a habilitação da empresa proponente, solicitou-se no Termo de Referência do PE nº 54/2019 que a empresa deveria declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta dispensa de licitação **OU** que a empresa proponente não vistoriou mas conhece e tem ciência de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta dispensa de licitação. As declarações constantes neste item deviam seguir o modelo ofertado no **“Encarte D”** do Termo de Referência do PE nº 54/2019.

6.1.2. Assim, em atenção as disposições de vistoria previstas no PE nº 54/2019, as empresas Contratadas consignaram como habilitação desta contratação, declaração de vistoria conforme modelo constante no Encarte D do Termo de Referência da referida Licitação.

6.2. Qualquer dúvida que venha a ocorrer com relação a este Termo de Referência em sua fase de contratação ou durante a execução do serviço, por omissão involuntária deste Termo de Referência ou do Edital e anexos do Pregão nº 54/2019, deverá ser objeto de pedido de esclarecimentos, não sendo admitidas interpretações por conta própria.

6.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções deste Termo de Referência não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

de preços unitários. A CONTRATADA será considerada como especializada na execução dos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor total da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos no projeto, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

6.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços deverão ser executados, conforme definido pelo requisitante do objeto e discriminado abaixo:

7.2. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

7.2.1. Campus Chapecó: Rodovia SC 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, CEP: 89815-899, Chapecó-SC;

7.2.2. Campus Laranjeiras do Sul: Rodovia BR 158, Km 405, CEP: 85.301-970, Laranjeiras do Sul-PR;

7.2.3. Campus Realeza: Avenida Edmundo Gaievski, 1000, Rodovia BR 182, Km 466, CEP: 85.770-000, Realeza/PR.

7.3. A execução dos serviços deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Ordem de Serviço, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a prestação dos serviços possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

7.4. De acordo com o requisitante, os serviços objeto deste Termo de Referência, poderão ser caracterizados como serviços planejados ou serviços emergenciais. Podendo ser considerados como emergência, situações que se configurem em falta de segurança para usuários ou para o patrimônio da instituição ou que causem prejuízo por desperdício de recursos. Será concedida a preferência para a execução dos serviços planejados, conforme detalhamento nos itens abaixo:

7.5. Serviços Emergenciais

7.5.1. Todo serviço emergencial deverá ter ordem de serviço (**ENCARTE A**) emitida por um dos fiscais do contrato e deve ser assinado pela CONTRATADA no momento do atendimento, tendo como custo inicial o preço de deslocamento pago em contrato. A planilha de formação de preço a ser utilizada para pagamento dos serviços emergenciais deve seguir “Os critérios para elaboração da planilha” – item 7.7.2.2. deste Termo de Referência – devendo contabilizar o número de pessoas e o total de horas dos profissionais utilizados para a realização do serviço, na data do chamado, e o material empregado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

no conserto/adequação, cujo preço deve ser definido junto ao fiscal anteriormente a execução. O pagamento dos serviços deverá ocorrer da mesma forma que os serviços planejados.

7.6. Serviços Planejados

7.6.1. Para os serviços planejados os valores mínimos para aprovação da execução será respectivamente:

7.6.1.1. Elétrica predial: R\$ 800,00 – valor inclui entrega de materiais no *campus* que sejam diversos ao serviço do chamado, porém que se enquadrem como de elétrica predial;

7.6.1.2. Redes elétricas: R\$ 1.000,00;

7.6.1.3. Redes lógicas: R\$ 1.000,00;

7.6.2. Considera-se que as atividades devam atender ao programa de manutenção elaborado pela contratada e aprovado pelo gestor do contrato; valores menores poderão ser executados desde que aceitos formalmente pela contratada.

7.7. Todo serviço planejado deve obedecer às etapas a seguir:

7.7.1. ETAPA 1 – Vistoria: Em data previamente agendada, um dos fiscais do contrato e o preposto da CONTRATADA deverão realizar uma vistoria no *campus* ou nas unidades para identificar os locais e serviços onde serão realizadas as manutenções preventivas e corretivas. A CONTRATADA deverá fazer registro fotográfico dos locais indicados e encaminhar as fotos para o fiscal do contrato na mesma data da vistoria. Para definição dos serviços também devem ser consideradas as reclamações do sistema de chamados da UFFS, as notificações de órgãos como prefeituras e bombeiros, além dos manuais de uso, operação e manutenção das edificações. O fiscal deverá elaborar um relatório de vistoria - conforme modelo constante no “ENCARTE B” deste Termo de Referência - onde conste a descrição dos problemas encontrados, edificação e local da edificação. O fiscal deve levar em conta o programa de manutenção aprovado para incluir testes e verificações no relatório de serviços, além das manutenções necessárias (corretivas e/ou preventivas). A contratada deve ter acesso ao relatório para que possa orçar os serviços antes do início da segunda etapa.

7.7.2. ETAPA 2 – Projeto executivo: O fiscal técnico, após análise da proposta da contratada, deverá elaborar planilha de medição dos serviços – conforme modelo constante no “ENCARTE C” deste Termo de Referência – a organização do relatório de vistoria. Esta planilha de medição será considerada como projeto executivo. Caso os serviços resultem em alteração dos projetos aprovados na prefeitura ou bombeiros, uma nova planta deverá ser confeccionada pelo fiscal que encaminhará o documento para a Secretaria de Obras. Caso seja necessário utilizar materiais diferentes dos empregados nas obras, o fiscal deverá encaminhar a descrição ou catálogo para que o gestor do contrato aprove o uso. Demandas posteriores: devem conter relatório de vistoria e planilha em separado, podendo ser pago na mesma medição desde que aprovado pelo gestor do contrato e feito empenho adicional para o serviço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

7.7.2.2. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PLANILHA – “ENCARTE C”:

- a) Os serviços serão orçados através de planilhas SINAPI (RS/SC/PR), com data-base no mês da apresentação da proposta ou da renovação do contrato.
- b) Preferencialmente a planilha de elaboração dos serviços deverá seguir o modelo da SEO – “**ENCARTE C**”.
- c) Cada medição deve considerar etapas de mobilização, execução dos serviços, destinação de resíduos e limpeza. A **administração local** deverá contar sempre com serviços de encarregado geral e observar o **limite 7,45%** adotado pelo Acórdão 2622/2013 do TCU para custos de administração local.
- d) Confecção de documentos técnicos, tais como laudos realizados em escritório serão pagos com 3 horas de serviço do profissional que elaborou o documento, além das horas utilizadas nos serviços de medição/aferição do local demandado por chamado.
- e) Na elaboração da planilha de composições de preços sempre será considerado o preço de referência acrescidos do BDI contratado e aplicado o desconto dado pela empresa.
- f) Em casos de fornecimento de material, previsto no projeto básico, este deverá ser pago junto aos serviços planejados, incidindo BDI diferenciado para estes itens.
- g) Caso o serviço, peça de substituição ou equipamento não faça parte da lista de materiais (insumos) do SINAPI será considerado o preço apurado por meio da utilização outra tabela de referência de órgãos ou entidades da administração pública, em publicações técnicas especializadas, conforme dec. 7.983/2013 ou preço médio obtido de pesquisa de mercado com 3 orçamentos conforme IN03/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Em se tratando de material adquirido diretamente do fabricante pode-se considerar a nota fiscal como fonte de preço.
- h) A execução dos serviços em que é necessário quantificar etapas intermediárias, como por exemplo a manutenção de equipamentos que necessitam de verificação prévia, deve ser dividida em um conjunto de atividades para que se possa efetuar o pagamento conforme a execução de cada etapa.
- i) Serviços terão valor de deslocamento pago, correspondente ao tempo máximo da planilha definida no memorial descritivo anexo a este documento que representam:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

	Chapecó/ SC - Reitoria	Chapecó/ SC - Campus	Laranjeiras do Sul/PR	Realeza/ PR	Erechim/ RS	Passo Fundo/ RS	Cerro Largo/RS
Cidade mais próxima onde acredita-se haver empresas especializadas	Chapecó/ SC	Chapecó/ SC	Guarapuava/ PR	Francisco Beltrão/PR	Erechim/ RS	Passo Fundo/ RS	Santa Rosa/ Santo Ângelo/RS
Tempo máximo pago por deslocamento diário (ida e volta)	1 hora	1:20 hora	3:20 horas	2:15 horas	1 hora	1 hora	2 horas

OBS.: As informações contidas no quadro acima contemplam todos os campi da UFFS, porém para esta Dispensa de Licitação deve-se observar os campi de Realeza, Laranjeiras do Sul, Chapecó e Reitoria.

7.7.3. ETAPA 3 – Autorização do gestor: O fiscal do contrato deverá encaminhar a planilha de medição e o relatório de vistoria para o Gestor do Contrato, na Secretaria de Obras para que seja autorizado o serviço através da realização do empenho do valor. Ao preposto da contratada deverá ser entregue uma cópia do relatório da vistoria para que possa elaborar o cronograma das atividades de manutenção, que deve ser devolvido ao fiscal do contrato para aprovação.

7.7.4. ETAPA 4 – De acordo: O fiscal deverá encaminhar para a empresa a planilha elaborada em PDF por e-mail ou apresentá-la por via física presencialmente. A CONTRATADA deverá indicar medidas de segurança, materiais e serviços faltantes no prazo de até 5 dias ou estar de acordo com o orçamento sob pena de notificação por atraso. Considera-se de acordo, o envio do orçamento rubricado pelo preposto ou representante da contratada, com a expressão “de acordo” junto ao valor total.

7.7.5. ETAPA 5 – Empenho e liberação para serviço: O gestor do contrato encaminhará o empenho ao fiscal para autorizar a execução dos serviços pela CONTRATADA, mediante fixação de prazos para execução dos serviços em cronograma físico – conforme modelo constante no ENCARTE G deste Termo de Referência. A execução dos serviços deve ser previamente agendada com o fiscal para que o mesmo possa acompanhá-los e também organizar a liberação dos espaços onde os trabalhos serão realizados. A entrega dos serviços pode ser dividida em períodos de medições intermediárias não inferiores a 30 dias.

7.7.6. ETAPA 6 – Execução: A empresa deverá apresentar-se ao fiscal, com empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e quando necessário os equipamentos de proteção coletiva – EPC. A CONTRATADA deverá elaborar o Diário de Obras, através do **profissional** preposto responsável, para acompanhamento de serviços com durações superiores a 3 dias, quando os serviços tiverem cronograma com medições intermediárias, incluindo diariamente as informações sobre a evolução dos serviços, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições



meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto. O fiscal acompanhará a execução dos serviços e deverá elaborar relatório fotográfico para cada item do relatório de vistoria. Caso seja constatado o uso de material similar de preço inferior ao descrito no orçamento, mesmo admitido pelo fiscal, o pagamento deverá considerar o preço real do material aplicado.

7.7.7. ETAPA 7 – Pagamento: Após o término dos serviços a CONTRATADA solicitará ao fiscal a entrega provisória que ocorrerá somente após verificação e aceite. A fiscalização deverá realizar vistoria e encaminhar relatório ao gestor do contrato – conforme modelo constante no “ENCARTE E” deste Termo de Referência. A equipe de fiscalização setorial também deverá elaborar relatório circunstanciado acerca da situação contratual e habilitação da contratada - conforme modelo constante no “ENCARTE F” deste Termo de Referência – para dar base ao termo de recebimento definitivo dos serviços que será emitido pelo gestor do contrato e posteriormente autorizar a emissão da Nota Fiscal.

7.7.7.1. Lista de documentação para pagamento:

- a) Planilha de medição dos serviços assinada;
- b) Relatório técnico e fotográfico dos serviços / relatório circunstanciado da fiscalização setorial;
- c) Certidões negativas da empresa ou certidão do SICAF emitida por servidor público da UFFS;
- d) Nota fiscal atestada pelo gestor.

7.7.7.2. Atendendo ao manual de compras e a legislação que a precede, as atividades citadas em cada etapa não serão realizadas pelo mesmo servidor para efetivar a segregação de funções que visa atender ao princípio básico do controle interno, especialmente em funções ou atividades-chave de: autorização, assessoria, execução, atesto/aprovação, registro e revisão ou auditoria. Por exemplo neste contrato, a elaboração de orçamento *versus* aprovação e empenho de valores; a elaboração de relatórios circunstanciados e de fiscalização *versus* encaminhamento de notas para pagamento.

7.8. ESCOPO DAS ATIVIDADES PARA CADA OBJETO

O escopo das atividades para cada objeto apresentadas abaixo serão as mesmas para todos os *campi*:

7.8.1. MANUTENÇÃO DE REDES ELÉTRICAS E SEUS EQUIPAMENTOS:

7.8.1.1. A contratada deverá realizar vistoria nas instalações, acompanhada da fiscalização do contrato e apresentar o programa de manutenção baseado neste planejamento que deve ser autorizado pelo gestor do contrato. Esta vistoria e o programa de manutenção devem ser pagos mediante a contabilização das horas necessárias, e dos profissionais envolvidos, para a execução dos serviços (horas de eletrotécnico e engenheiro definidos na proposta), aferidos pelo fiscal do contrato acrescidos dos custos de BDI e da emissão de anotação de responsabilidade específica. De preferência as manutenções preventivas e testes devem ser realizados de forma conjunta, objetivando economia,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

garantindo a segurança das instalações e atendimento a órgãos fiscalizadores. Equipamentos e sistemas específicos devem ter manutenções previstas em separado ou citadas objetivamente. Observação: Considera-se que as rotinas de verificação e conservação são realizadas pelos terceirizados de cada *campus*, no que couber, se tratando de baixa tensão;

7.8.1.1.1. EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E SUAS ROTINAS DE MANUTENÇÃO:

Documento anexo:

- a) Memorial descritivo e diretrizes de manutenção para cada *campus*;
- b) RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 669/ 2015 – ANEEL – que regulamenta os requisitos mínimos de manutenção e o monitoramento da manutenção de instalações de transmissão de rede básica em seu anexo: requisitos mínimos, manutenção preditiva, transformadores, reatores de potência, banco de capacitores, disjuntores, chaves seccionadoras, transformadores para instrumento e para-raios, linhas de transmissão e resumo das periodicidades de atividades.
- c) Serão tratados como instruções auxiliares as recomendações do manual de manutenção elétrica industrial – SENAI, disponível em: SENAI SC: manutenção elétrica industrial. Itajaí: SENAI/SC, 2007. 230p.

7.8.1.1.1.1. Relação geral de ensaios para componentes elétricos:

- a) Ensaio da resistência de isolamento (Pode-se aplicar o ensaio de resistência de isolamento em componentes como cabos elétricos, disjuntores, chaves seccionadoras, painéis elétricos, transformadores e motores elétricos).
- b) Ensaio para medição dos índices de absorção e polarização.
- c) Ensaio de corrente de fuga ou teste de tensão aplicada.
- d) Ensaio da resistência ôhmica (entre os contatos de entrada e saída dos disjuntores ou entre os contatos fixos e móveis das chaves seccionadoras ou resistência dos enrolamentos de transformadores).
- e) Ensaio do fator de potência ou perdas dielétricas.
- f) Ensaio da relação de transformação.
- g) Análise físico-química do óleo isolante.
- h) Análise de gases dissolvidos no óleo isolante ou cromatografia.
- i) Inspeção termográfica (trata-se de um método não destrutivo e sem contato para medição da temperatura de superfície de equipamentos, para quadros elétricos por exemplo).
- j) Inspeção por ultrassom (pode ser aplicada em transformadores, painéis elétricos, motores, geradores, cabos, terminações, isoladores, barramentos, relés, disjuntores, e qualquer outro equipamento elétrico que não se deseja descargas elétricas, efeito Corona e correntes de fuga).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

7.8.2. MANUTENÇÃO ELÉTRICA PREDIAL – INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DE:

7.8.2.1. Quadros de comando, Fusíveis, Cabos, Disjuntores, Reatores, Luminárias internas, Capacitores de correção de fator de potência, Para-raios, Chaves facas, Chaves fusíveis, Elos fusíveis, Muflas, Pontos Elétricos simples ou trifásicos para, por exemplo: ar-condicionado, impressoras, equipamentos de laboratório, aparelhos de refrigeração, picotadores de papel computadores, no-breaks, etc.

7.8.2.2. Grupos Geradores, Aterramentos, Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, Sistema de iluminação de emergência, Sistema de alarme de incêndio e outros Sistemas prediais relacionados.

7.8.2.3. Conexão, desconexão e relocação de circuitos de média e baixa tensão novos ou existentes;

7.8.2.4. Balanceamento de cargas nas fases dos circuitos elétricos;

7.8.2.5. Medição da resistência de aterramento de edificações com emissão de laudo.

7.8.3. MANUTENÇÃO DE ELÉTRICA PREDIAL – ROTINAS:

7.8.3.1. Substituição de lâmpadas, reatores, fotocélulas, reparo ou troca de luminária;

7.8.3.2. Teste de funcionamento, limpeza, reparo, reaperto de conexões, medição de vibrações;

7.8.3.3. Relocação de circuitos para distribuir cargas entre as fases e atualização do diagrama unifilar;

7.8.3.4. Manutenção dos sistemas de iluminação de emergência e detecção e alarme de incêndio;

7.8.3.5. Manutenção preventiva em edificações – quadros de distribuição de energia, medidores, bancos automáticos de capacitores, quadros de comando de motores e similares;

7.8.3.6. Medição de corrente, verificação de bombas e motores de exaustão e do sistema de combate a incêndio, disjuntores, contadoras e relés de todos os prédios;

7.8.3.7. Manutenção preventiva dos quadros de distribuição, iluminação de emergência, no-breaks e demais componentes do sistema elétrico predial;

7.8.3.8. Reparo e ajuste das proteções como fusíveis, disjuntores, contadoras, relés e demais componentes;

7.8.3.9. Inspeções termográficas; medição da malha de aterramento e continuidade do SPDA em edificações com emissão laudo com ART;

7.8.3.10. Reestabelecimento de energia;

7.8.3.11. Manutenção preventiva e corretiva em sistemas grupos geradores;

7.8.4. MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE LÓGICA:

7.8.4.1. Mão de obra especializada em manutenções preventivas e corretivas de redes lógicas óptica e cabeamento estruturado de dados e voz, conforme especificações técnicas constantes nas Normas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Técnicas Brasileiras da ABNT, nas Normas Internacionais, CREA, CRT e pelos fabricantes. Internas e externas às edificações;

7.8.4.2. Instalação, Substituição e Manutenção de fibras óptica, caixa de emenda óptica, fusão óptica, pontos de cabeamento estruturado, certificação do cabeamento conforme prescrições da norma EIA/TIA 568B e boletins associados.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A medição dos serviços será feita pelo fiscal com a verificação da realização de cada serviço, onde serão observados a boa técnica e também os padrões de qualidade dos materiais empregados/substituídos, devendo possuir qualidade igual ou superior ao previamente instalado.

8.2. Considera-se que as instalações/sistemas devam ser entregues em pleno funcionamento, atendendo a requisitos das normas técnicas e de desempenho relativas ao serviço realizado ou, não havendo norma específica, as que forem utilizadas como padrão dentro da construção civil.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Os equipamentos, ferramentas e instrumentos utilizados deverão ser adequados, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob a responsabilidade da Contratada, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e de danos que possam ocasionar à UFFS ou a terceiros.

9.3. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como estar em conformidade com as determinações das normas técnicas brasileiras, sendo executados por técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda, utilizando sinalização de advertência para o equipamento/local em manutenção e utilização de equipamentos e ferramentas apropriadas, visando maior segurança aos envolvidos e maior vida útil dos equipamentos.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.2. O quantitativo foi estimado pelos requisitantes dos serviços, foram avaliados os projetos e manuais de uso, operação e manutenção além do histórico de ocorrências dos contratos anteriores e vistorias realizadas nos prédios.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

10.3. A empresa Contratada deverá ter ciência de que a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência se dará na medida exata em que surgirem as demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

10.4. Conforme solicitado pelo requisitante do objeto, o proponente deverá comprovar, no prazo de até 60 dias após a assinatura do contrato, que possui escritório próprio dentro de um raio de no máximo 280 Km do *campus* pretendido, sendo que para comprovação de qualificação operacional o proponente deverá apresentar juntamente com a proposta a Declaração de Capacidade Operacional, conforme Encarte J do Termo de Referência do PE nº 54/2019.

10.5. As Contratadas deverão observar que o Critério de julgamento da proposta é o **maior desconto** sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a **incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços (ENCARTE A e ENCARTE A.1 do Termo de Referência do PE nº 54/2019).**

10.6. Para a elaboração da proposta, orientou-se aos interessados, observar todo o contido no Termo de Referência do PE nº 54/2019, bem como nos **ENCARTES E e M** do referido Termo.

10.7. Os serviços, objeto deste processo licitatório deverá ser realizados sob supervisão de profissional com habilitação para o objeto pretendido conforme indicado pelo requisitante no item 7 deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 11.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10.** Arquivar, entre outros documentos projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.7.1. Da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e previsão em orçamentos analíticos, os serviços demandarão a contratação das categorias profissionais a seguir:

1. AUXILIAR DE ELETRICISTA – código CBO 7156-15

2. ELETRICISTA – código CBO 9511-05

3. ELETROTÉCNICO – código CBO 3131-05

4. ENGENHEIRO ELETRICISTA de manutenção – código CBO 2143-15.

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 12.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- 12.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da dispensa de licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23.** Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 12.24.** Além das obrigações previstas acima, a CONTRATADA, deverá obedecer às obrigações previstas pelo requisitante do objeto, conforme descrito abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

12.24.1. A contratada compromete-se em abster-se de praticar quaisquer dos atos descritos no artigo 5º da Lei 12.846/2016, tais como oferecimento de vantagem indevida, utilizar-se de interposto para ocultar interesses ou beneficiários, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório ou contrato dela decorrente (lei anticorrupção), bem como quaisquer outros que eventualmente possam ser entendidos como lesivos à administração pública.

12.24.2. A execução dos serviços deve ser realizada sob Anotação ou Termo de Responsabilidade Técnica (ART ou TRT) de profissional habilitado, no valor da contratação vigente ou valor de empenho realizado.

12.24.3. Providenciar junto ao CREA e/ou ao TRT as Anotações e Termos de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

12.24.4. Nomear preposto para representá-la durante a vigência do contrato, realizar reunião com a equipe de fiscalização da UFFS para alinhamento de expectativas contratuais antes do início dos serviços.

12.24.5. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, incluindo aceitar orçamentos e pactuação de datas em cronograma;

12.24.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.24.7. Caso necessário, após a assinatura do contrato, a contratada poderá ser convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12.24.8. A contratada deverá atender chamados de emergência, no prazo de 4 (quatro) horas, para solução de problemas que se configurem em falta de segurança para usuários ou ainda para o patrimônio da instituição ou que causem prejuízo por desperdício de recursos e também às atividades acadêmicas e administrativas.

12.24.9. Caso a Contratada não promova o devido atendimento nos prazos fixados nos itens anteriores, fica a Contratante autorizada a contratar os serviços necessários de outra empresa e a cobrar da Contratada os custos respectivos, sem que tal fato a isente da aplicação de sanção contratual aplicável ou provoque, para a Contratante, qualquer perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes às instalações do elevador.

12.24.10. A execução dos serviços deve ser realizada em observância às Normas do Ministério do Trabalho, às Normas Técnicas da ABNT e às Normas e Resoluções do Corpo de Bombeiros Militar de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

cada estado, em conformidade com práticas de projeto, construção e manutenção ou ainda nas demais *normas descritas nos estudos preliminares (ENCARTE E do PE nº 54/2019)* desta contratação.

12.24.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações estabelecidas.

12.24.12. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

12.24.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.24.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.24.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.24.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.24.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.24.18. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.24.19. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.24.20. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

12.24.21. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.24.22. A Contratada deve realizar o transporte, montagem, instalação e testes dos componentes/peças fornecidos, conforme as recomendações dos seus respectivos fabricantes.

12.24.23. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.24.24. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

12.24.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

12.24.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.24.27. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.24.28. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.24.29. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.24.30. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

12.24.31. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.24.32. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.24.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante; Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.24.34. Comunicar por escrito ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.24.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

12.24.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;

12.24.37. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.24.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.24.39. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.24.40. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.24.41. Das condições ambientais:

12.24.41.1. A Contratada deve responsabilizar-se pelo apropriado descarte/destinação de quaisquer componentes/peças usados e substituídos, além dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços, SOB AUTORIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

12.24.41.2. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

12.24.41.3. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

12.24.41.3.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

12.24.41.3.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

12.24.41.3.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

12.24.41.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

12.24.41.5. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.24.41.6. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.24.41.7. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.24.41.7.1. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

12.24.41.7.2. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n.ºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.24.41.8. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.24.41.8.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.24.41.9. Entende-se que, o horário dos serviços que causem ruídos somente possam ser trocados por determinação da fiscalização em função do comprometimento das atividades didáticas, no entanto este risco deve ser considerado no planejamento da contratação para adequação do cronograma. A área do *campus* não é residencial portanto a emissão de ruídos só fica restrita para casos de serviços realizados em prédios alugados na área urbana: Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.24.41.10. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.24.41.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

13.1. De acordo com o requisitante do objeto **não será permitida a subcontratação do objeto principal da Dispensa de Licitação**, porém, **será permitida a subcontratação de serviços intermediários do objeto, até o limite de 20%(vinte por cento) do valor total do contrato para atendimento de serviços como por exemplo, manutenção de fibras ópticas, locação de caminhão pipa para lavagem de subestações de acesso restrito, testes realizados em laboratórios ou empresas de assistência autorizada**, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no processo de dispensa de licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto Encarte E – Estudos Preliminares, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.17.1. Todas as rotinas previstas no item 7 deste Termo de Referência, bem como nos demais anexos e anexos ao Edital.

15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

16.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

16.2. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

16.3.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato; (modelo em anexo a este termo de referência)

16.3.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left(\frac{6}{100} \right) \quad 365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **índice oficial: tabela SINAPI/IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

19.1.1. Considerando que o objeto trata de serviço de caráter continuado, mas sem dedicação de mão de obra exclusiva, e tendo em vista a forma de execução explicitada nos estudos preliminares a administração optou por não exigir garantia para execução do presente objeto.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal;

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Para os itens a seguir, deixar de:

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.1.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.1.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguem seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital do Pregão nº 54/2019.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital do Pregão nº 54/2019.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, conforme solicitação do requisitante do objeto, serão:

21.3.1. Conforme requisitante do objeto, folha nº 23 do processo do Pregão nº 54/2019: *“Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório; referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. A empresa poderá comprovar tal qualificação, caso o contrato social deixe dúvida sobre a atuação da empresa, através de um dos seguintes requisitos:*

a) Atestados ou declarações de desempenho compatíveis com o objeto pretendido;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

b) Notas fiscais de prestação de serviços compatíveis com o objeto pretendido;

c) Cadastro do código CNAE da atividade descrita no objeto desta dispensa de licitação;”

21.3.2. De acordo com requisitante do objeto, a Contratada deverá comprovar, no prazo de até 60 dias após a assinatura do contrato, que possui escritório próprio dentro de um raio de no máximo 280 Km do *campus* pretendido, **sendo que para comprovação de qualificação operacional a Contratada deverá apresentar juntamente com a proposta a Declaração de Capacidade Operacional, conforme Encarte J do Termo de Referência do Pregão nº 54/2019.**

21.3.2.1. A declaração de que trata o item anterior foi firmada pelas Contratadas e acostada aos autos.

21.4. Os serviços, objeto desta Dispensa de Licitação, deverão ser realizados sob supervisão de profissional com habilitação para o objeto pretendido conforme indicado pelo requisitante no item 7 do Termo de Referência.

21.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.5.1. Valor Total Máximo a ser aceito: **R\$ 144.034,08 (Cento e quarenta e quatro mil, trinta e quatro reais e oito centavos).**

21.5.2. Valores unitários: conforme planilhas de composição de preços anexas ao edital do Pregão nº 54/2019.

21.6. O Critério de julgamento da proposta é o **maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração**, considerando a incidência linear do desconto ofertado **em todos os itens da planilha de formação de preços.**

21.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital do PE nº 54/2019.

21.8. Da aceitabilidade da Proposta Vencedora conforme previsto no item 8 do Edital nº 54/2019

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme Encarte A.1 do Termo de Referência.

8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no mínimo 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 8.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.5.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e a exequibilidade da proposta.
- 8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.9.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado e também os critérios de sustentabilidade previstos no item 5.1.3. do Termo de Referência –Anexo I deste Edital.
- 8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.11. O pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

8.12.1. *Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.*

8.12.2. *Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;*

8.13. *Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.*

8.14. *Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.*

8.15. *Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.*

8.16. *Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.*

8.17. *Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.*

21.8.1. A Proposta de Preços e respectiva Planilha de formação de preços das empresas Contratadas foram avaliadas pela Unidade Técnica da Secretaria Especial de Obras mediante emissão de Parecer técnico favorável consignando a aceitação da Proposta e documentos de habilitação de acordo com as disposições constantes no Edital do Pregão nº 54/2019.

21.9. Da habilitação prevista no item 9 do Edital do PE nº 54/2019

9.1. *Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:*

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.3. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

9.1.3.1. *Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*

9.1.3.1.1. *A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 9.1.3.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.*
- 9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.*
- 9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.*
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.*
- 9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;*
- 9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.*
- 9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.*
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de no mínimo duas horas, sob pena de inabilitação.*
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.*
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.*
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.*
- 9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.*

21.9.1. Habilitação Jurídica constante no item 9.8 do Edital do PE nº 54/2019;

9.8. Habilitação jurídica:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

21.9.1.1. Os documentos de habilitação jurídica foram avaliados pela Unidade Técnica da Secretaria Especial de Obras em conjunto com a Superintendência de Compras e Licitações, para o qual observase, foram atendidas as disposições constantes no Edital do Pregão nº 54/2019.

21.9.2. Regularidade Fiscal e trabalhista constante no item 9.9. do Edital do PE nº 54/2019;

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

21.9.2.1. Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista das empresas Contratadas, são as usuais para processos de Contratação Direta e foram avaliadas pela Unidade Técnica da Secretaria Especial de Obras em conjunto com a Superintendência de Compras e Licitações, para o qual observa-se foram atendidas as disposições constantes no Edital do Pregão nº 54/2019.

21.9.3. Qualificação Econômica constante no item 9.10. do Edital do PE nº 54/2019

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.3. caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
------	------------------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

	Passivo Circulante
--	--------------------

9.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

21.9.3.1. Os documentos de qualificação econômica das empresas Contratadas, foram avaliadas pela Unidade Técnica da Secretaria Especial de Obras em conjunto com a Superintendência de Compras e Licitações, para o qual observa-se foram atendidas as disposições constantes no Edital do Pregão nº 54/2019.

21.9.3.2. Para verificação dos índices exigidos no item 9.10 do Edital do PE nº 54/2019, utilizou-se a ferramenta calculadora do Comprasnet, cujos Relatórios foram acostados ao processo.

21.9.4. Qualificação Técnica constante no item 9.11. do Edital do PE nº 54/2019

9.11.1. Registro ou visto da licitante no Conselho Regional de Engenharia – CREA ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, entidades competentes para a fiscalização do exercício profissional, dentro da validade e no mesmo estado/região da prestação dos serviços, a fim de não causar atraso na execução dos serviços; Caso contrário, deverá apresentar declaração de que terá o documento solicitado e válido, na data da contratação, de forma viabilizar a execução dos serviços sem atraso;

9.11.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados conforme as características mínimas, definidas pelo requisitante do objeto, contidas no item 21.3.1. e subitens do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

9.11.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.3. Declaração de restrição geográfica como capacidade operacional conforme o contido no item 21.3.2. do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

9.11.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo do “Encarte D” do Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

9.11.4.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante “Encarte D” do Termo de Referência.

21.9.4.1. Os documentos de habilitação técnica exigidos no Edital do PE nº 54/2019, tendo em vista a especificidade, foram avaliados pela Unidade Técnica da Secretaria Especial de Obras, mediante emissão de Parecer técnico favorável consignando a aceitação da Proposta e documentos de habilitação de acordo com as disposições constantes no Edital do Pregão nº 54/2019.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor total máximo, sendo **R\$ 144.034,08 (Cento e quarenta e quatro mil, trinta e quatro reais e oito centavos).**

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. As despesas para atender a demanda desta Dispensa de Licitação, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, conforme **Declaração Nº 53/2020 - DORC (10.17.08.21.05)** emitida pela Diretoria de Orçamento:

Gestão/Unidade: 26440/158517

Programa de Trabalho: 12.364.2080.20RK.0040

PTRES: 171285

Natureza da Despesa: 339039

Fonte: 8100000000

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Este Termo de Referência foi elaborado mediante as informações constantes no Pregão Eletrônico nº 54/2019, que resultou em alguns itens fracassados e demais documentos acostados ao processo de Pedido de Compras que deu origem a presente processo de Dispensa de Licitação.

24.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

24.2.1. ENCARTE A – Modelo de Ordem de Serviço e Chamado de Emergência;

24.2.2. ENCARTE B – Modelo de Relatório de Vistoria - Execução;

24.2.3. ENCARTE C – Modelo de Planilha de Medição dos Serviços;

24.2.4. ENCARTE D – Modelo de Cronograma;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 24.2.5. ENCARTE E – Modelo de Relatório Técnico;
- 24.2.6. ENCARTE F – Modelo de Relatório Circunstanciado – Fiscalização Setorial;
- 24.2.7. ENCARTE G – Modelo Termo de Recebimento Definitivo;
- 24.2.8. ENCARTE H - Modelo de Termo de Encerramento de Contrato;
- 24.2.9. ENCARTE I – Memoriais Descritivos;
- 24.2.10. ENCARTE J – Edital do Pregão Eletrônico nº 54/2019;
- 24.2.11. ENCARTE K – Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 54/2019;
- 24.2.12. ENCARTE L – Ata da sessão do Pregão Eletrônico nº 54/2019;
- 24.2.13. ENCARTE M – Resultado por fornecedor Pregão Eletrônico nº 54/2019;
- 24.2.14. ENCARTE N – Edital do Pregão Eletrônico nº 26/2019;
- 24.2.15. ENCARTE O – Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 26/2019;
- 24.2.16. ENCARTE P – Ata da sessão do Pregão Eletrônico nº 26/2019;
- 24.2.17. ENCARTE Q – Resultado por fornecedor Pregão Eletrônico nº 26/2019;
- 24.2.18. ENCARTE R – Minuta do Termo de Contrato.

Chapecó/SC, 28 de julho de 2020.

NÁDIA INÊS KIST

Chefe do Departamento de Contratações Diretas

Eu, **ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI**, Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura/Ordenadora de Despesas, conforme disposto no § 5º do Art. 8º da Lei 12.462/2011, **APROVO** o presente **Termo de Referência de Dispensa de Licitação nº 13/2020** com fulcro no **Artigo 24, inciso V da Lei 8.666/93**, e por consequência os respectivos Encartes que tem como objeto a **Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva em redes elétrica e de telecomunicações e elétrica predial para os campi Chapecó/SC, Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas**, conforme as especificações e dados técnicos constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 28 de julho de 2020.

ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI
Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura
Ordenadora de Despesas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

ENCARTE A MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Dispensa de Licitação nº 13/2020 (Ref. Licitação fracassada do PE nº 54/2019)

Ordem de Serviço nº XXX/SEO/UFRS/xxxxxx

DATA.

À
EMPRESA
CNPJ nº 000000000000000000
LOCAL

1. Informamos que a partir de XXXXXXXXXXXX começa a vigorar o prazo de vigência contratual para fornecimento de XXXXXXXXXXXXXXXXXX (empreitada por XXXXXXXXXXXXXXXXXX – tipo XXXXXXXXXXXX), destinados à execução completa dos **serviços de xxxxx, do Campus xxxxxxxxxxxx** da Universidade Federal da Fronteira Sul, a ser fornecido conforme especificações e demais elementos constantes no Termo de Referência do Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, *Pregão XXXXXXXXXXXXXXXXXX e Contrato nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX*.
2. Serve a presente como AUTORIZAÇÃO para início dos serviços.
3. Obs.: Prazo de execução será definido em cronograma entre fiscalização e contratada.

Atenciosamente,

NOME
Universidade Federal da Fronteira Sul

CHAMADO DE EMERGÊNCIA – MODELO

NÚMERO DO CONTRATO: _____
CONTRATADA: _____
DATA: ____/____/____

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO REALIZADO PELA CONTRATADA (FISCAL):

--

NOME/ cargo DAS PESSOAS QUE FIZERAM ATENDIMENTO:

	ASSINATURA:
	ASSINATURA:
	ASSINATURA:

Hora de início:
Hora do fim dos serviços:
Observações:

ASS. FISCAL
NOME:
SIAPE:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE B
MODELO DE RELATÓRIO DE VISTORIA – EXECUÇÃO
Dispensa de Licitação nº 13/2020 (Ref. Licitação fracassada do PE nº 54/2019)

CONTRATO Nº: _____

CONTRATADA: _____

PRÉDIO OU INFRAESTRUTURA: _____ DATA: ____/____/____

Local na planta	Descrição do problema e extensão do dano: (Ex:cm)	Foto ref.
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

ASS. FISCAL

NOME:

SIAPE:

ASS. CONTRATADA

NOME:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE C

MODELO DE PLANILHA DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

Dispensa de Licitação nº 13/2020 (Ref. Licitação fracassada do PE nº 54/2019)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL SETOR/EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO campus MANUTENÇÃO xxx CT xxxxx – TOTAL DO CONTRATO R\$ xxxxxxxx												
ORÇAMENTO ANALÍTICO												
								NÚMERO TOTAL DE LINHAS:		32		
								TOTAL GERAL:		R\$ 2.574,14		
								DESCONTO		0,00%		
								BDI DA OBRA:		27,60%		
								BDI DE EQUIP.:		0,00%		
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL	BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	% ITEM		
1			MOBILIZAÇÃO – deslocamento			SUBTOTAL	R\$ 516,01		R\$ 658,43	25,5786%		
1	1	C. SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,00	R\$ 32,09	R\$ 128,36	27,60%	R\$ 163,79	6,3628%	
1	2	C. SINAPI	92138	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - CHP DIURNO, AF. 11/2015	CHP	3,30	R\$ 117,47	R\$ 387,65	27,60%	R\$ 494,64	19,2158%	
			SUBTOTAL ITEM: MOBILIZAÇÃO – deslocamento				R\$ 516,01		R\$ 658,43	25,5786%		
2			EXECUÇÃO			SUBTOTAL	R\$ 876,02		R\$ 1.117,80	43,4243%		
2	1		1 – TESTE – PMOC – SERVIÇO EM GERAL			SUBTOTAL	R\$ 876,02		R\$ 1.117,80	43,4243%		
2	1	1	C. PRÓPRIA	EE-C.1007	Engenheiro eletricista MANUTENÇÃO com encargos complementares - eletricista	H	4,00	R\$ 74,80	R\$ 299,20	27,60%	R\$ 381,78	14,8313%
2	1	2	C. PRÓPRIA	EE-C.1028	Eletrotécnico com encargos complementares + EPI + periculosidade + ferramentas	H	1,00	R\$ 35,64	R\$ 35,64	27,60%	R\$ 45,48	1,7668%
2	1	3	C. PRÓPRIA	EE-C.1006	Eletricista manutenção + encargos complementares + EPI + periculosidade + ferramentas	H	1,00	R\$ 33,95	R\$ 33,95	27,60%	R\$ 43,32	1,6829%
2	1	4	C. PRÓPRIA	EE-C.1027	Auxiliar de eletricista com encargos complementares + periculosidade + EPI + ferramentas	H	1,00	R\$ 24,41	R\$ 24,41	27,60%	R\$ 31,15	1,2100%
2	1	5	C. PRÓPRIA	EQUIP-C.1030	Hora máquina - serviço de guindaste hidráulico até 60 ton.	H	1,00	R\$ 353,16	R\$ 353,16	27,60%	R\$ 450,63	17,5061%
2	1	6	C. PRÓPRIA	EQUIP-C.1031	Caminhão com cesto aéreo isolado para troca de lâmpdas e trabalho em redes de baixa e média tensão	H	1,00	R\$ 129,66	R\$ 129,66	27,60%	R\$ 165,45	6,4272%
			SUBTOTAL SUBITEM: 1 – TESTE – PMOC – SERVIÇO EM GERAL				R\$ 876,02		R\$ 1.117,80	43,4243%		
			SUBTOTAL ITEM: EXECUÇÃO				R\$ 876,02		R\$ 1.117,80	43,4243%		
3			DESMOBILIZAÇÃO			SUBTOTAL	R\$ 625,32		R\$ 797,91	30,9971%		
3	1		LIMPEZA DOS LOCAIS			SUBTOTAL	R\$ 625,32		R\$ 797,91	30,9971%		
3	1	1	C. SINAPI	88252	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00	R\$ 15,47	R\$ 15,47	27,60%	R\$ 19,74	0,7668%
3	1	2	C. PRÓPRIA	MAN-C.1019	ALUGUEL CAÇAMBA - 6M² - ENTULHO	MÊS	1,00	R\$ 488,95	R\$ 488,95	27,60%	R\$ 623,90	24,2372%
3	1	3	C. SINAPI	72897	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	M3	6,00	R\$ 20,15	R\$ 120,90	27,60%	R\$ 154,27	5,9930%
			SUBTOTAL SUBITEM: LIMPEZA DOS LOCAIS				R\$ 625,32		R\$ 797,91	30,9971%		
			SUBTOTAL ITEM: DESMOBILIZAÇÃO				R\$ 625,32		R\$ 797,91	30,9971%		
			TOTAL GERAL				R\$ 2.017,35		R\$ 2.574,14	100,00%		

MODELO DE PLANILHA DE PAGAMENTO - REF. março/2019 PARANÁ

Os valores apresentados na tabela acima são meramente ilustrativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços e materiais efetivamente aplicados/fornecidos e a planilha de medição deve contemplar os critérios a seguir.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE D CRONOGRAMA – MODELO

Dispensa de Licitação nº 13/2020 (Ref. Licitação fracassada do PE nº 54/2019)

CONTRATO Nº: _____

CONTRATADA: _____

RELATÓRIO DE VISTORIA / DATA _____

ITEM DO ORÇAMENTO / VISTORIA	DESCRIÇÃO DO ITEM CONFORME ORÇAMENTO APROVADO PELO GESTOR	DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO DE FINAL DOS SERVIÇOS	Assinatura - Data de entrega para medição
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

DATA: ____/____/____

ASS. FISCAL

NOME:

SIAPE:

ASS. CONTRATADA

NOME:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE E MODELO DE RELATÓRIO TÉCNICO

Dispensa de Licitação nº 13/2020 (Ref. Licitação fracassada do PE nº 54/2019)

Contrato nº. xxxxx	Data Ordem de Serviço: xxxxxxx	
Contratada: xxxxxxxx		
Obra/Objeto: xxxxxxxxxxx	Data Relatório: xxxxxxxxxxx	

1. SERVIÇOS FINALIZADOS:

Conforme:

- Medição dos serviços entregue pela CONTRATADA;
- A definição de que uma etapa será **considerada efetivamente concluída** quando os serviços previstos para aquela etapa estiverem executados em sua totalidade; Portanto itens pendentes não devem constar da medição/pagamento.
- Inspeção minuciosa realizada por parte desta fiscalização sobre os serviços executados;

Do termo de referência:

“A medição dos serviços será feita com a verificação da realização de cada serviço pelo fiscal onde serão observados os padrões de qualidade dos materiais substituídos, iguais ao previamente instalado.

Considera-se que as instalações/ sistemas devam ser entregues em pleno funcionamento, atendendo a requisitos das normas de desempenho relativas ao serviço realizado ou, não havendo norma específica, as que forem utilizadas como padrão dentro da construção civil.”

Declaramos recebido provisoriamente os serviços, que todos os testes de funcionamento, relativos à entrega de serviços foram realizados.

Em complementação a este relatório, segue em anexo as fotos de XXX a YYY relativas a execução dos itens a serem pagos.

() Documentação comprobatória de procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados na etapa, caso exista em anexo;

() Caso existam manuais e instruções de funcionamento a serem entregues, indicar localização ou anexos este documento: _____

2. Itens Pendentes:

() **não há.**

() Ao analisar o desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, verificamos as pendências a seguir, em relação a execução dos serviços, que a fiscalização encaminha para o gestor da obra, para as providências cabíveis:

1. Descrição da pendência – foto de referência.

Sem mais para o momento, a Fiscalização.

Chapecó, XX de XXXXXX de 202X

Fiscal técnico
Cargo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE F
MODELO DE RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO – FISCALIZAÇÃO SETORIAL
Dispensa de Licitação nº 13/2020 (Ref. Licitação fracassada do PE nº 54/2019)

Contrato nº. xxxxx	Data Ordem de Serviço: xxxxxxx	
Contratada: xxxxxxxx		
Obra/Objeto: xxxxxxxxxxx	Data Relatório: xxxxxxxxxxx	

1. Considerando o exposto neste documento e em conjunto com o relatório técnico do fiscal, de data XXXXX, **considera-se entregue provisoriamente os serviços referentes a medição dos serviços.**
- 2.
3. Consulta SICAF para manutenção das condições de habilitação:

() certidões negativas em anexo – relatório de resumo de negativas do SICAF,
() comunicação com a empresa sobre a necessidade de entrega da documentação em anexo;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado no **Setor de Contratos** até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

(Fonte : termo de referência para serviços comuns de engenharia da AGU-2019)

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

(Fonte: Termo de referência padrão AGU – 2019 para serviços comuns de engenharia)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

ENCARTE G

MODELO - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Dispensa de Licitação nº 13/2020 (Ref. Licitação fracassada do PE nº 54/2019)

Processo de Licitação nº XXXXXXXXXXXXX
Dispensa de Licitação nº: XXXXXXXXXXXXX
Contrato nº XXXXXXXXX

A Secretaria Especial de Obras – SEO/UFRS, pelo presente Termo de Recebimento Definitivo, dá por aceite todos os serviços apresentados no relatório técnico encaminhado pela fiscalização do campus que recebe provisoriamente os serviços executados pela empresa contratada.

Também não fora apresentado qualquer impedimento para encaminhamento do pagamento dos serviços segundo relatório circunstanciado da fiscalização administrativa/setorial.

MODELO - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Este ato não exime a contratada da responsabilidade de reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Ficam assegurados os direitos da contratante quanto à boa execução, tudo amparado nas normas, código civil, especialmente as responsabilidades decorrentes da Anotação ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART's ou TRT's dos serviços, de cada um dos profissionais e da empresa envolvida.

1. **Objeto:** XXXXXXXXXXXXXXXX
2. **Empresa:** XXXXXXXXXXXXXXXX
3. **Valor do Contrato:** XXXXXXXX

4. **Prazos Previstos:**

- Vigência contratual:
- Prazo Execução acordado com a fiscalização:

5. **Qualidade dos Serviços:**

- Os serviços foram recebidos provisoriamente em XX/XX/2020, e de acordo com os relatórios circunstanciados para recebimento provisório, verificou-se ausência de pendências a serem solucionadas para o recebimento definitivo.
- A empresa teve um bom atendimento e desempenho, executando a obra com boa qualidade.
- Os serviços foram executados obedecendo às normas em vigor e em cumprimento integral ao contrato.

A Secretaria Especial de Obras da UFRS, nos termos do Art. 73, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93, **declara recebido definitivamente** os serviços. Fica autorizada a emissão da nota fiscal no valor de R\$XXXXXXXXX referente a medição de nº XX encaminhada pela fiscalização.

Chapecó/SC, XX de YYY de ZZ.

GESTOR DO CONTRATO
CARGO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE H
MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO
TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO
Dispensa de Licitação nº 13/2020 (Ref. Licitação fracassada do PE nº 54/2019)

CONTRATO Nº:	VIGÊNCIA DO CONTRATO:
OBJETO DO CONTRATO:	
CONTRATADA:	
CONTRATANTE: Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, neste ato representada pela Equipe de Fiscalização do referido contrato, nomeada pela Portaria nº <XXXX/PROAD/UFFS/XXXX>.	

Termos

Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O presente contrato está sendo encerrado por motivo de <motivo>.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, **exceto** as relacionadas no parágrafo a seguir.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
- As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
- A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.
- <inserir pendências, se houver>.

Ainda, faço constar que todos os saldos de empenho relativos a este contrato podem ser zerados e/ou anulados.

(Observação para os FISCAIS: Incluir a informação acima após cientificar-se que TODAS as notas fiscais foram pagas).

E assim tendo lido e concordado com todos os seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

Gestor	Fiscal
--------	--------

<Nome>
Siape: <Matr.>

<Nome>
Siape: <Matr.>

_____, _____ de _____ de 202

